

SÍNTESE NA PERSPECTIVA DOS RELATORES

Relatores: Marcela Barbosa de Moraes (IEA e UNITAU) e Marcia Renata Itani (IEA e SIMA)

Painel 1 – 30/08/2022

Eixos: Economia, Indústria e Saúde

Eixo Temático Economia

Apresentação *Prof. Dr. Ariaster Baumgratz Chimeli (FEA/USP)*

Os principais problemas sociais e ambientais, tais como mudança climática, poluição, perda de biodiversidade e aumento da desigualdade social, representam grandes desafios para o campo da Economia, no sentido de que os instrumentos analíticos devem ser capazes de fornecer respostas consistentes que apontem para uma relação mais harmônica entre meio ambiente, bem-estar social e desenvolvimento econômico.

Partindo-se do princípio de que a atividade econômica, a qualidade de vida e a coesão da sociedade são profunda e irremediavelmente dependentes dos bens e serviços providos pelo meio ambiente, é fundamental que a teoria econômica considere nas discussões as interconexões entre meio ambiente, desenvolvimento econômico e bem-estar social, procurando compreender a dinâmica entre os processos naturais de suporte à vida e os impactos que as atividades humanas têm sobre os sistemas naturais.

Vale evidenciar que, por muito tempo, as discussões sobre questões ambientais tinham um papel marginal nas discussões econômicas. Todavia, nos anos de 1920, já existiam políticas públicas propostas que abarcavam o conceito de economia do meio ambiente. Destaque para a Inglaterra que iniciou as discussões sobre economia e meio ambiente no século anterior. Atualmente, o debate sobre as questões ambientais e sociais ganhou centralidade no campo da teoria econômica.

Neste contexto, os pesquisadores do eixo apresentaram uma representação gráfica destacando a relação entre economia, meio ambiente e bem-estar social; a saber, o bem-estar social está no centro do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento econômico encontra-se imerso no meio ambiente. Ou seja, no centro do desenvolvimento econômico está o bem-estar social que se origina das demandas da sociedade por bens e serviços, sendo que o meio ambiente contribui com recursos para a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico. Quando se fala em bem-estar social, incluem-se não somente os indivíduos, mas também os grupos de interesses e suas disputas que irão determinar o desenvolvimento econômico que está imerso no meio ambiente. Deste modo, observa-se que meio ambiente, desenvolvimento econômico e bem-estar social apresentam uma relação causal, ou seja, uma dimensão afeta e é afetada pela outra.

No que se refere à influência do desenvolvimento econômico no bem-estar social, os pesquisadores ressaltam a produção de bens e serviços para atender a demanda da sociedade, promover o bem-estar e qualidade de vida, gerar riqueza para a economia e criar instituições fortes para dar suporte a essas demandas.

Quanto à relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, verifica-se que os sistemas econômicos geram pressões sobre os recursos naturais, ou seja, o sistema econômico interage com o meio ambiente, extraindo recursos naturais (componentes estruturais dos ecossistemas) e devolvendo resíduos ao meio, gerando, assim falhas de mercado. Desta forma, é importante fortalecer ou criar instituições que reduzam as externalidades ao meio ambiente e que corrijam essas falhas de mercado. Um conceito importante para este processo é a Economia Circular que está baseado na ideia de utilização de energia renovável e na diminuição de impactos ambientais e no aumento de reciclagem.

No que tange à influência entre meio ambiente e bem-estar social, verificou-se que é importante incentivar as melhorias tecnológicas, principalmente desenvolvimento de tecnologias mais limpas, criação de novas instituições e incentivo à estabilidade institucional, que garantam a melhoria do bem-estar social e promovam a qualidade de vida da população.

Diante do exposto, os pesquisadores do eixo economia propõem uma discussão de uma agenda extremamente importante para a sociedade brasileira que é a reforma tributária. Para eles, esta reforma será capaz de transformar a vida da sociedade em várias dimensões. Vale ressaltar que o sistema tributário no Brasil é extremamente complexo, com vários subsídios escondidos, o que dificulta seu entendimento e pode gerar várias distorções para a economia brasileira. Os pesquisadores afirmam que o sistema tributário brasileiro impacta negativamente a geração de empregos e o crescimento econômico. Exemplificam destacando que a folha de pagamento nas empresas brasileiras é onerada pelos altos tributos, ou seja, cobra-se muito das empresas com relação ao emprego, o que desestimula a geração de novos empregos e, portanto, prejudica o crescimento econômico.

Ao analisar a reforma tributária na perspectiva da relação entre desenvolvimento econômico e bem-estar social, os pesquisadores afirmam que o processo tributário ficará mais simples, reduzirá os subsídios ineficientes no sistema econômico brasileiro, promoverá o crescimento econômico e gerará novas vagas de emprego.

Quanto às discussões entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, o eixo traz a importância da realização de uma mudança na estrutura tributária por meio da desoneração da folha de pagamento para estimular o emprego e a renda. Destacam que um dos fatores que merece destaque é a tributação sobre a poluição, que é uma oportunidade rara, difícil de introduzir, mas pode constituir uma oportunidade de estimular a economia a ser mais verde.

Atualmente, o que está em pauta entre reforma tributária e meio ambiente é o mercado de carbono e a compensação de emissões. Ao tributar a poluição, no caso do mercado de carbono, o Brasil poderá gerar investimentos que reduzam a emissão de carbono. Essa redução criará a oportunidade de exportar créditos de carbono para outros países. Este fato pode ajudar o país a caminhar na direção de setores mais limpos. Mas os pesquisadores relatam que ainda não está claro como o Brasil vai lidar com o imposto sobre carbono e como este fato transformará a economia brasileira estimulando a redução de emissões. Entretanto, ressaltam que apesar de não ser fácil é uma oportunidade única no Brasil.

Para explorar esta oportunidade, o eixo traz uma recomendação antiga na teoria econômica. Para eles, a introdução de impostos para corrigir problemas de degradação ambiental, poluição, entre outros, pode corrigir essas falhas e gerar receitas que permitam ao país substituir impostos distorcionários, como por exemplo, a desoneração da folha de pagamento.

No que se refere à reforma tributária e à relação entre meio ambiente e bem-estar social, observou-se que a redução de emissões e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e de outros poluentes poderão contribuir para uma melhora no campo da saúde com redução de doenças geradas por estas externalidades e dos eventos extremos como enchentes, secas e queimadas, e para a justiça ambiental, visto que os mais vulneráveis são os mais sujeitos aos efeitos das mudanças climáticas e de outras externalidades advindas da degradação ambiental.

Contribuindo para a discussão da reforma tributária, os pesquisadores do eixo Economia trouxeram um olhar mais empírico, pois há um temor que o imposto sobre a poluição poderá desacelerar a economia e destruir a criação de emprego. Entretanto, evidências empíricas mostram que os países que precificaram o carbono experimentaram impactos nulos ou marginalmente positivos na economia.

Este fato pode ser explicado, pois esses países introduziram impostos sobre o carbono e reduziram outros impostos distorcionários, como impostos sobre a folha de pagamento, contribuindo para a geração de empregos. Um exemplo dos benefícios da mudança tributária e a influência no desenvolvimento econômico, bem-estar social e meio ambiente foi a reforma realizada na Suécia nos anos de 1990. Os pesquisadores explicaram que a introdução da tributação sobre a poluição nesse país resultou na queda dos índices de poluição de carbono, sem que houvesse danos à economia.

Com base nas evidências empíricas, pode-se afirmar que a reforma tributária vai ser transformadora para o Brasil. Para tanto, questões para reflexões futuras sobre a reforma tributária, meio ambiente, desenvolvimento econômico e bem-estar social são geradas neste eixo, como segue:

- Quais serão as receitas para compensação por efeitos regressivos?
- Quais serão os efeitos regionais para o processo de descarbonização e manutenção de receita tributária – imposto sobre outras externalidades?
- Qual o potencial de substituição de impostos? (Reciclagem de receita/desoneração da folha de pagamento).
- Como o meio empresarial será afetado? (Práticas ESG e *greenwashing*, rastreabilidade de produtos e insumos).
- Quais serão as implicações para finanças públicas federais, estaduais e municipais?

Por fim, os pesquisadores do eixo economia elucidam que se o país for corajoso e ousado na implementação de uma reforma tributária com componentes verdes, contribuirá positivamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Universidade de São Paulo poderá contribuir para esta discussão, pois em seu corpo docente e discente há indivíduos com experiências e expertises em questões fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e se encontra em uma posição estratégica de colaborar na solução dos desafios relacionados ao desenvolvimento, bem-estar e meio ambiente no país.

Eixo Temático Indústria

Apresentação *Prof. Dr. Vanderley Moacyr John*

Sobre a proposta de pensar o eixo da indústria, os pesquisadores apresentaram uma ideia inicial que é a de questionar e relativizar o conceito de sociedade pós-industrial. Para eles,

vários indivíduos discutem as transformações no processo de produção e as metamorfoses do mundo do trabalho, especialmente aquelas decorrentes da revolução da tecnologia de informação de base microeletrônica e as medidas para contornar a crise estrutural do capital. Muitos defendem que a sociedade moderna industrial, como foi concebida, não existe mais. Este fato está alicerçado no entendimento de que o setor industrial foi superado pelo dinamismo econômico do setor de serviços e que o trabalho não seria mais a categoria central da vida social.

Entretanto, os pesquisadores do eixo indústria discordam que estamos em uma sociedade pós-industrial, pois ilustram que a extração de matérias primas cresce de forma exponencial e de maneira mais rápida que o crescimento populacional. Questionam: será a sociedade de serviços que está extraindo tantas matérias primas? Para eles, a resposta é não. Desse modo, é um equívoco achar que a sociedade é pós-industrial, pois é a indústria que está formando estoque de matérias primas de produtos. Pode-se afirmar ainda que o surgimento e o crescimento do setor de serviços não são possíveis sem o apoio do setor industrial.

Então, para os pesquisadores do eixo, na sociedade pós-industrial a indústria cresce exponencialmente. Ressaltam que o conceito sociedade pós-industrial contaminou a política pública brasileira e que há dez anos atrás, discutia-se abertamente que não era preciso uma política industrial, pois era uma discussão do passado. O eixo quer desmitificar isto.

Com a finalidade de destacar a importância da indústria para a economia, o eixo trouxe alguns exemplos. Primeiro, o setor da saúde que precisa da indústria para o fornecimento de matéria prima. Os pesquisadores mostram que, no período da pandemia do SARS COV 2, uma empresa brasileira se tornou líder mundial na indústria de não-tecidos, produzindo produtos inovadores para os mercados de higiene e medicina, tais como as máscaras de proteção individual. Ressaltam ainda que o material é de alta qualidade e não fica atrás de nenhuma concorrente internacional. Essa empresa produziu máscaras que foram doadas para a Universidade de São Paulo.

Outro exemplo foi a presença da indústria no âmbito do ambiente construído que é o conjunto de elementos físico-químicos, de ecossistemas naturais e de aspectos sociais em que se insere o homem de maneira individual e coletiva. É um processo de interação que atende o desenvolvimento das atividades, a preservação dos recursos e as características do ambiente, dentro de padrões de qualidade. Grandes obras no país ganharam destaque, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, as rodovias Imigrantes e Tamoios, entre outros exemplos.

Desse modo, pode-se afirmar que não há vida moderna sem uma indústria forte. Assim sendo, a indústria é a base material do bem-estar. Ou seja, a população que almeja qualidade de vida não vive sem casa, sem saneamento básico, sem estradas e ruas para se deslocar da sua residência para o trabalho e ter acesso à saúde. Todos esses fatores têm a indústria como força motriz. Os pesquisadores destacam ainda a importância da indústria no agronegócio brasileiro, que se utiliza de máquinas para aumento da escala de produção.

Discute-se também no eixo que a indústria multiplica o valor da matéria prima. Essa afirmação é exemplificada com a indústria do café. O Brasil exporta sacas de café de 60 quilos a US\$200,00 e compramos cápsulas de café, por exemplo da Nespresso, de seis gramas a US\$0,70. O processo de manufatura do café para a cápsula agregou valor no produto em trinta e cinco vezes. Dessa forma, pode-se afirmar que o processo industrial agrega valor à matéria prima, evidenciando ainda mais a importância de se discutir a indústria para o desenvolvimento econômico brasileiro. Entretanto, o país ainda vende bens

não manufaturados, ou seja, de baixo valor agregado, e compra bens que passaram por algum processo de manufatura, com alto valor agregado, comprometendo o crescimento do setor da indústria.

Esse fato é percebido pela queda no número de vagas de emprego do setor da indústria. De acordo com a pesquisa industrial anual realizada pelo IBGE, de 2011 a 2020, a indústria brasileira perdeu 9.579 empresas, ou 3,1% do total, além de um milhão de empregos (-11,6% do total), sendo 5.747 vagas nas indústrias extrativas e 998.200 nas indústrias de transformação. Os pesquisadores alertam para o processo de desindustrialização no Brasil.

Apesar das perdas na geração de emprego e conforme o IBGE, a indústria é o setor que apresenta o maior rendimento médio real com o valor de R\$ 2.500,00, seguido pelo setor de comércio, com o valor de R\$ 2.161,00, e a agricultura, com o menor valor, de R\$ 1.685,00. Diante do exposto, os pesquisadores afirmam que o desmonte da indústria brasileira tem consequências sociais, ou seja, aumento do nível de pobreza no país.

Assim, a desindustrialização afeta toda a economia brasileira da seguinte forma:

- Desequilíbrio na balança de pagamentos, pois o país fica dependente de produtos industrializados de outros países;
- Redução da renda do trabalho;
- Aumento do consumo de serviços;
- Valorização interna dos produtos agrícolas e mineração.

Ao discutir sobre a evolução da indústria, tem-se a indústria 4.0, conhecida como Quarta Revolução Industrial, que mistura técnicas de produção de vanguarda com sistemas inteligentes que se integram com as organizações e pessoas, tais como: sensores em rede, realidade aumentada, IoT Industrial, *data analytics* e softwares, automação da produção, entre outros.

A seguir, os pesquisadores trouxeram dezoito tecnologias que representam a indústria 4.0:

1. Sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento e manufatura de produtos;
2. Prototipagem rápida, impressão 3D e similares;
3. Design assistido por inteligência artificial;
4. Simulações/análise de modelos virtuais para projeto (Elementos Finitos, Fluidodinâmica Computacional);
5. Automação digital sem sensores, uso de Controlador Lógico Programável (CLP) sem sensores;
6. Automação digital com sensores para controle de processo;
7. Automação digital com sensores com identificação de produtos e condições operacionais, linhas flexíveis;
8. Monitoramento e controle remoto da produção com sistemas do tipo MES e SCADA*;

9. Sistemas integrados de manufatura, como comunicação M2M (máquina-máquina);
10. Aplicações de Inteligência Artificial para soluções na fábrica;
11. Simulação de processos e gêmeos digitais (Digital Twins);
12. Manufatura aditiva, robôs colaborativos (cobots);
13. Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados (big data) do processo produtivo;
14. Inspeção da qualidade automatizada ou avançada;
15. Ferramentas digitais para trabalhadores (smart glasses, smart watches, entre outros);
16. Incorporação de serviços digitais nos produtos (IoT ou Product Service Systems);
17. Coleta, processamento e análise de grandes quantidades de dados (big data) sobre o mercado;
18. Ferramentas digitais de relacionamento com o cliente (chatbots, atendimento ao cliente interativo, entre outros).

De acordo com um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (2022), a indústria brasileira está mais digital, porém tem baixa maturidade na utilização de tecnologias da indústria 4.0. Entretanto, o estudo destaca que a maioria das empresas brasileiras utiliza baixa quantidade de tecnologias, indicando que se encontram em uma fase inicial do processo de digitalização. Mais da metade das empresas industriais não utiliza nenhuma tecnologia digital ou utiliza entre 1 a 3 tecnologias digitais.

No que se refere à produtividade proporcionada pela indústria 4.0, pode-se destacar um aumento da flexibilidade e customização em massa, redução no prazo de produção, melhora na qualidade do produto (sensores, big-data analytics, entre outros), maior participação do cliente e produção local e inovação nos modelos de negócios.

Os pesquisadores trouxeram uma frase de Paul Krugman que diz “Produtividade não é tudo, mas a longo prazo é quase tudo”, para retratar que o Brasil precisa melhorar a produtividade que vem se reduzindo ao longo do tempo. Desse modo, o eixo vem discutindo a importância da (re)industrialização. Para tanto, a Universidade de São Paulo poderá contribuir para essa discussão, ao formar recursos humanos com aprendizagem permanente, atualizar as estruturas curriculares dos cursos, incluir novos conceitos de tecnologia e aproximar a indústria à universidade por meio da formação de pós-graduandos voltados para a pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Outra contribuição da Universidade de São Paulo no setor da indústria é o engajamento na inovação industrial. Nota-se que a pesquisa acadêmica não tem impacto potencial na sociedade, ou seja, não há uma aproximação entre indústria e universidade e tudo que é produzido de conhecimento na universidade corre o risco de ficar dentro dos muros da instituição. Nesse ponto, a USP poderá contribuir para essa aproximação.

Por fim, os pesquisadores destacaram a importância de se discutir a política industrial no Brasil e trazer os seguintes tópicos para a discussão: produtividade e indústria 4.0 e seus

impactos; precificação do carbono; matérias-primas de qualidade e baixo custo, energia limpa abundante e sinergias com outros setores. Em suma, essas políticas interessam a todos e garantem melhor qualidade de vida para a população.

Eixo Temático Saúde

Apresentação *Prof. Dr. José Sebastião do Santos, da Faculdade de Medicina da USP campus Ribeirão Preto*

A proposta de pensar o país implica em pensar a Universidade e seu papel para a melhoria dos serviços de saúde, que contemple a formação dos profissionais, a elaboração de pesquisas e o desenvolvimento de projetos de extensão. O direito à saúde e ao bem estar, assegurado na Constituição, gera o dever do Estado em garantir os serviços de saúde e o compromisso dos cidadãos quanto a tributos e impostos para financiar esses serviços. Apesar de os serviços públicos serem um direito, parte da população também paga pela saúde suplementar, o que gera desigualdade no acesso aos serviços.

A política de saúde possui interdependência com outras políticas, como as sociais, ambientais e econômicas para diminuição do risco de doenças e agravos, interface evidenciada durante a pandemia de SARS COV 2. Para promover, reparar e reabilitar a saúde é preciso enfrentar uma tripla carga de obstáculos que são a insuficiência quantitativa e qualitativa dos recursos humanos, para cujo enfrentamento a Universidade possui papel relevante; a deficiência na governança do sistema de saúde público e suplementar, que inclui a atenção e a assistência à saúde; e o subfinanciamento e a malversação de gastos públicos. Juntam-se a esses fatores as mudanças demográfica, epidemiológica, nutricional e de mobilidade da população e o enfrentamento de três conjuntos de doenças: as doenças transmissíveis (como a do SARS COV 2), as doenças crônicas, dentre elas as doenças mentais para as quais o serviço de saúde público e privado não têm conseguido enfrentar de forma adequada, e as doenças externas, como as agressões domésticas e os acidentes de trânsito.

Sobre financiamento da saúde pelos entes federados, os dados do período 1991-2017 evidenciam descompasso entre financiamento dos serviços de saúde e arrecadação de impostos: há diminuição da participação da União e aumento do papel dos municípios, enquanto que a maior parte dos impostos, 60%, foi destinada à União e a menor parte, 16%, aos municípios. Os estados, por sua vez, tiveram um aumento da participação no financiamento à saúde até 2010 e depois leve queda até 2017, chegando a uma participação abaixo dos municípios, contando com 24% dos impostos. Quando se analisa a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) investido em saúde no ano 2019, verifica-se que o Brasil, em comparação a Argentina, Chile, Colômbia, países da OECD, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos, é o país que apresenta a participação do sistema privado superior ao sistema público. Essa condição e o acesso à saúde suplementar por uma parte da população que também faz uso dos serviços públicos, como a vigilância sanitária, vacinas e serviços de alta complexidade, resultam em uma forte desigualdade dentro do sistema de saúde.

Quanto à aplicação dos recursos, o sistema público investe pouco em medicamentos e artigos médicos, em ações complementares de diagnóstico e tratamento, assim como em gestão e regulação, reabilitação e cuidados de longo prazo, em comparação ao sistema privado.

Considerando todos os investimentos, cerca de 60% provém do pagamento direto pelos usuários ou via planos de saúde.

Para enfrentar esses desafios, o grupo destacou ações necessárias e uma agenda. Como ações elencou: maior investimento da União; incremento e aprimoramento do gasto público dos entes federados; identificação de outras fontes de financiamento; integração dos gastos em saúde com planejamento sanitário; e adequação da finalidade dos gastos em saúde, ou seja, melhor distribuição dos gastos em prevenção, promoção, cura e reabilitação.

Como um dos itens da agenda o grupo apontou a necessidade de eliminação ou redução de isenções tributárias e de aporte de recursos públicos para instituições ou organizações que não atendem ao sistema público de saúde. Como uma fonte de financiamento possível, elencou a possibilidade de captação de recursos provenientes de multas e condenações. Outro ponto de agenda é a busca constante pela transparência das decisões dos poderes legislativo e executivo quanto os orçamentos públicos. É importante também que o encaminhamento de projetos de pesquisa para agências de fomento e o desenvolvimento tecnológico na área da saúde sejam conectados às necessidades da população. Essas demandas podem ser identificadas segundo municípios polos e áreas de abrangência regional, estadual e nacional, de maneira a construir uma rede de atenção igual em diferentes regiões do país. O planejamento sanitário com participação e consulta pública e o fortalecimento da fiscalização dessa ação pelos poderes legislativo e judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas são outros dois pontos prioritários da agenda.

Um dos graves problemas enfrentados no sistema de saúde público é o baixo atendimento pela atenção básica, que contribui para a sobrecarga nos serviços especializados e de urgência, a exemplo do que tem acontecido no município de Ribeirão Preto. Os elevados gastos nesses serviços especializados e de urgência, aliados à pouca prevenção à saúde pela atenção básica atendem, por sua vez, a interesses econômicos do setor.

Para enfrentar essa situação é preciso garantir a operação de redes integradas de atenção à saúde, estruturadas com atenção primária, serviços de média e elevada complexidade, sistemas de apoio (apoio diagnóstico e terapêutico, assistência farmacêutica, telessaúde, sistemas de informação), sistemas logísticos (cartão de usuário, prontuário clínico, sistema de regulação e transporte) e governança dessas redes. Uma rede ideal é a que dá acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) de forma hierarquizada, com um nível pré-hospitalar formado pelo programa de Saúde da Família e várias Unidades Básicas de Saúde (UBS), que se afunila para um número menor de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Atendimento Médico Especializado (AME), Hospital de média complexidade e Hospital terciário. A prática corrente é a priorização para hospitais e AMEs que, além de não contribuir para a atenção básica, acaba atendendo a interesses econômicos que não estão voltados a uma rede mais funcional e à saúde em um sentido mais amplo. A aplicação dessa ideia de rede nos municípios de Campinas e Porto Alegre mostrou que se pode distribuir melhor as diversas necessidades de atendimento da população, diminuir o número de consultas e a taxa de ocupação e aumentar a média de permanência nos hospitais. Essas experiências subsidiaram a formulação da Política Nacional de Atenção às Urgências.

Como ações para melhorar a gestão do sistema e a governança do modelo de atenção e assistência à saúde o grupo destacou: fortalecimento das redes de atenção à saúde, considerando a atenção básica como a ordenadora da porta de entrada preferencial para a gestão integral e continuada do cuidado; consolidação da prevenção e da promoção da saúde como ações intersetoriais; definição dos diferentes serviços de saúde, transparência e

facilitação do uso desses serviços pela população, evitando as desigualdades de acesso; organização do acesso aos serviços de saúde com protocolos clínicos e de regulação; mapeamento das necessidades assistenciais para conformar a rede de serviços; e ações intersectoriais para reduzir a necessidade de atenção à saúde, como a implementação de instrumentos da política de meio ambiente e a oferta de alimentação saudável nas escolas.

Como um dos itens de agenda dessa questão, o grupo destacou a necessidade garantir, no âmbito municipal, a cobertura de atenção básica para toda a população por meio de Equipes de Saúde da Família matriciais, ou seja, compostas por especialistas mais demandados pelos distritos sanitários. No âmbito regional, dois itens necessários são a garantia, mediante planejamento coordenado pelos estados, de instalação das principais linhas de cuidado (cegonha/materno infantil, urgências, psicossocial, cuidado a pessoas com deficiências, oncologia), e o estabelecimento de consórcios intermunicipais, redes regionais por linhas de cuidado e regulação de acesso regional. Também no campo da regulação, outros pontos importantes de agenda são o estabelecimento de processos reguladores estaduais e nacionais com divulgação pública dos recursos assistenciais e mecanismos de acesso e a instituição de assessoria especializada para atendimento supervisionado de doenças raras nos primeiros contatos com o sistema de saúde. A instituição de um sistema único de informação, protocolos clínicos e de regulação e a telessaúde constitui outro ponto da agenda. Em relação às ações intersectoriais, três pontos são fundamentais: o estabelecimento de convênios com Universidades para garantir uma formação voltada para as necessidades de saúde, educação permanente e pesquisa-ação; a integração da educação com a assistência social, para garantir renda familiar mínima, proteção às populações vulneráveis, escola em tempo integral com alimentação saudável e atividades esportivas e culturais; e a integração das políticas de saúde com a de infraestrutura e a de meio ambiente, para mitigar a proliferação de vetores de doenças, a poluição e garantir o saneamento universal. O monitoramento dos complexos reguladores e da judicialização no setor da saúde, por meio de indicadores, constitui outro ponto de agenda, necessário para subsidiar o planejamento sanitário.

Inicialmente, as universidades e o Ministério da Educação não tiveram muita participação no processo de desenvolvimento do sistema de saúde no país. Recentemente isso tem mudado, como pode ser visto pelas ações de integração que resultaram na construção do Pacto da Saúde, que tem possibilitado a realização de contratos organizativos de ação pública na área.

A insuficiência quantitativa e qualitativa dos recursos humanos na área da saúde, o terceiro obstáculo da melhoria da saúde no país, tem interface com as ações de educação e trabalho. A gestão e a regulação do trabalho podem, por exemplo, evitar a precarização das relações de trabalho, o desequilíbrio entre oferta e demanda, a escassez de profissionais no interior do país e a terceirização dos serviços de saúde. No período 2009-2018 houve uma melhora no número de médicos por 1.000 habitantes, com poucos estados com menos de 1 médico por mil habitantes. Outro dado positivo foi o aumento na oferta de vagas de 1º ano em Programa de Residência Médica entre 2009 e 2014 em todas as regiões do país e, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste. Um dado negativo, no entanto, foi a baixa ocupação das vagas para médicos de residência em Saúde da família entre 2011 a 2014, o que evidencia que a Universidade não tem conseguido sensibilizar para uma mudança desse cenário, tanto no ensino público como no privado.

Como ações para enfrentar esse obstáculo o grupo propôs: ampliação da interação entre Universidade e SUS, regulação da qualidade da formação e do acesso à formação especializada com financiamento público da saúde, aumento da interface entre componentes

da rede assistencial e entre os profissionais, coesão das equipes de trabalho multidisciplinares e interprofissionais e redução da rotatividade de profissionais nos serviços.

Para essa questão o grupo destacou, como item de agenda, a garantia, nas universidades, da revisão permanente dos conteúdos e competências dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, em sintonia com as necessidades dos sistemas de saúde. Esse ponto deve estar vinculado à implantação de um plano de carreira interprofissional, com educação permanente, salários, vínculos de trabalho com proteção social e progressão baseada na produção de indicadores de saúde e de atenção internacionalmente reconhecidos. Essas questões, por sua vez, devem colaborar para a superação de 40% de profissionais na atenção básica do total da força de trabalho loco-regional. O fomento à pesquisa-ação também constitui outro ponto importante da agenda, necessário para identificar o custo-efetividade dos diferentes modelos de prestação de serviço para a atenção à saúde. A implantação da telessaúde, da teleeducação e do sistema único de informação, mediante interoperabilidades dos sistemas de informação já existentes nos estados e nos municípios, constitui outro ponto de agenda fundamental, para garantir a integralidade da atenção e a educação permanente.

Integração dos eixos

Uma das questões feitas para suscitar reflexões a respeito da integração dos eixos foi sobre a relação da matriz energética com os desafios apresentados nos eixos. Destacou-se que, apesar de a matriz energética do país ser relativamente limpa, dá sinais de saturação, devido à tendência de se diminuir a construção de hidrelétricas com grande potencial de geração de energia e impactos negativos significativos. Isso leva ao uso das termelétricas, que provocam a emissão de carbono e a poluição do ar, com impactos negativos evidentes sobre a saúde, sobretudo em épocas de pico de demanda e de estiagem, evento que tem aumentado com as mudanças do clima. Não existe solução única que resolverá a produção de eletricidade e a utilização de energia, mas sim várias estratégias e investimentos que podem ir na direção de uma energia mais limpa. A precificação da poluição e do carbono poderia constituir um caminho mais viável do que estabelecer políticas que definam as tecnologias e os caminhos, porque induziria mudanças que podem viabilizar alternativas mais limpas. As energias solar e eólica, que constituem um potencial do país, não são perfeitamente limpas, a exemplo da energia solar que gera poluição na China durante a produção de seus componentes. Dados sobre os impactos do comércio internacional na mortalidade de crianças de até um ano de idade na China e de idosos no Brasil evidencia a relação entre produção e poluição. O papel do mercado nessa composição e a sua sinalização via preços pode ser muito útil para redesenhar a matriz energética. A guerra na Ucrânia, que tem ocasionado impactos mundiais quanto à busca de alternativas de energia e à maior produção de energia com base em combustível fóssil, mostra que é preciso pensar a longo prazo quando se trata de fazer investimentos e um ou outro setor da matriz energética.

A energia limpa e barata é uma questão fundamental para a indústria, a exemplo da energia de biomassa e de hidroelétricas. As secas prolongadas e as ondas de calor resultantes das mudanças do clima levam ao uso intensivo do ar condicionado que, no caso da Índia, tem provocado a interrupção do fornecimento de energia para a indústria. A disputa pela água para geração de energia, para atender a demanda da agricultura e da indústria é um desafio premente. A matriz mais limpa e mais diversa é um grande ativo da exportação, mas a comparação entre combustíveis para automóveis se reduz a preço e não há, pela classe média e por muitos setores industriais no país uma associação do seu modo de vida e de produção às mudanças climáticas. A política industrial depende de uma previsibilidade de oferta de

energia abundante, barata e competitiva. A energia obtida a partir de hidrogênio do etanol também contribui para uma matriz limpa e tem a vantagem de constituir uma oferta estável, diferentemente da energia que depende das condições climáticas. A matriz mais limpa e diversa, ao proporcionar maior qualidade da água, do ar e do solo, traz também ganhos para a saúde. Por outro lado, os recursos advindos do pagamento de multas ambientais podem também ter uma forte contribuição à saúde se direcionados também para essa área.

A formação e a manutenção, nos municípios pouco populosos, de Equipes de Saúde da Família voltadas à prevenção, promoção e abordagem das doenças mais frequentes constitui um grande desafio. As universidades e os órgãos reguladores da formação precisam focar na constituição dessas equipes, que precisam contar com médico generalista, enfermeiro odontologista, técnicos de apoio e serviço de vigilância sanitária. Em países como o Canadá, o estado define as vagas de especialidade médica prioritárias com um mesmo patamar de remuneração. Para tanto é preciso que o estado fortaleça a área de saúde pública e sensibilize e financie a organização das carreiras para o atendimento à saúde da família, garantindo a estabilidade e a coesão das equipes. Esse desafio precisa, por outro lado atender que a oferta e a demanda do profissional de saúde seguem a lógica pela busca do retorno mais rentável. Nesse sentido, deve-se buscar ideias pragmáticas, como o subsídio a profissionais voltados a áreas da saúde mais necessárias à sociedade e o retorno financeiro daqueles que buscaram especialidades mais rentáveis. Outra ideia seria direcionar os residentes que possuísem financiamento público a trabalharem na atenção básica antes de migrarem para especialidades médicas.

A pandemia mostrou o que a falta de insumos e equipamentos produzidos no país traz de consequências ao enfrentamento das doenças e, nesse sentido, é preciso fortalecer a indústria. A reforma tributária também tem um papel fundamental para aumentar os investimentos nas áreas sociais, mas é preciso que a destinação dos recursos seja transparente e acompanhada por mecanismos de controle.

A saúde é a essência do bem estar e tem enorme impacto sobre o tecido social e, nesse sentido, é preciso assegurar a saúde da forma mais eficiente possível. As reformas trabalhista, previdenciária e tributária podem racionalizar os recursos para atendimento das demandas da sociedade. É preciso que esse processo seja acompanhado por um aumento da produtividade do trabalhador e da indústria, a partir de incentivos e investimentos em inovação nas diversas áreas, e que haja processos menos poluentes. Também é fundamental que os incentivos e os investimentos ocorram na base da produção, de maneira a ampliar o acesso das famílias a um patamar mais elevado da economia, que lhes assegure um retorno mais alto.

A política industrial faz parte da política econômica e uma economia mais limpa é essencial para a competitividade do país no cenário mundial. Uma dúvida mencionada é como fortalecer a indústria brasileira e sua inserção internacional, diante da competitividade e dos preços de produtos de outros países, como a China, e do custo elevado de energia e matérias primas. A integração das tecnologias de produto e de processo que visem a produtividade global é também um desafio a ser enfrentado.

Sobre as vantagens entre o imposto sobre o carbono e o mercado de carbono, destacou-se que ambas as medidas podem elevar os valores da precificação do carbono que, ao interagirem com outros impostos, podem conduzir a uma perda de bem estar. A vantagem do imposto é a geração de receita, que pode levar à decisão de diminuir outros impostos que são distorcionários. O modelo de títulos negociáveis de carbono não gera receita, a menos

que estes sejam leiloados. Também haveria a possibilidade de associar títulos negociáveis com impostos, a exemplo do que foi feito na Suécia. Duas ideias que poderiam ser implementadas são a combinação de mercado de carbono para compensação por emissões e o imposto para redução destas emissões; e a taxação diferenciada para setores diferentes, com transição paulatina do mercado de carbono para o imposto. O aumento dos impostos de carbono é algo não desejável pelo setor produtivo, mas em países como a Alemanha tem sido visto como uma estratégia para induzir tecnologias de baixo carbono, pois poderão ser vendidas no futuro. A emergência climática tem pressionado por medidas drásticas e o Brasil está muito atrasado nessa questão.

Projetos como o RenovaBio não seguiram adiante por decisões políticas e econômicas, o que remete ao fato de que os recursos naturais são disputados por grupos de interesses para maximizar seu próprio bem estar. O exercício da democracia é o que possibilita sinalizar e materializar o que se quer ou não para o conjunto da sociedade. A importância dos eixos temáticos está em contribuir e fortalecer as políticas públicas e, portanto, implica em compreender os diferentes atores e poderes em negociação.

Manifestação cultural

Os projetos da artista plástica e professora Regina Silveira, apresentados durante a manifestação cultural, evidenciam que a arte pública configura uma “diferença que provoca a nossa percepção”, nas palavras da autora. Nesse sentido, evoca o pensamento sobre a nossa relação indissociável com o lugar, a cidade, o espaço público e a sociedade, inspiração que motiva a reflexão e a ação sobre os eixos temáticos.